

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

Durante a sessão do Pregão Eletrônico nº 02/2023, a empresa que apresentou o menor preço, ELIMAR PRESTADORA DE SERVICOS EM GERAL LTDA, desistiu de sua proposta por não conseguir justificar os percentuais apresentados. A segunda colocada, CONNECT SERVICOS LTDA, doravante denomina CONNECT, teve sua proposta aceita e habilitada, conforme a Ata do Pregão (SEI 0585965).

Ao final da sessão a empresa IADVH – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Vida Humana, doravante denominada IADVH, apresentou intenção de recorrer, o que foi aceito por esta Pregoeira, No prazo estabelecido a IADVH impetrou recurso (SEI 0588856).

A CONNECT, empresa que teve sua proposta aceita e habilitada, apresentou contrarrazão ao recurso impetrado (SEI 0590873)

O processo foi encaminhado primeiramente à Equipe de Planejamento da Contratação, doravante denominada Equipe, para manifestação acerca das alegações do recurso, pois se referem à Planilha de Custos e Formação de Preço.

O processo foi encaminhado, ainda, à Procuradoria Federal junto à Sudene, para fundamentar juridicamente a decisão deste Pregoeira.

DO RECURSO

A IADVH impetrou recurso (SEI 0588856), alegando que a "empresa classificada e habilitada, ao ser convocada para apresentar proposta adequada ao lance final, juntou planilha de composição de custos com inconsistência em seus cálculos. Como se pode perceber, ao apresentar o seu preço final, a Recorrida realizou verdadeiro "jogo de planilhas", vez que reduziu o percentual mínimo aceitável de Substituto na Cobertura de Férias (Módulo 4 – Submódulo 4.1 – Letra A)".

Argumenta que a CONNECT SERVIÇOS LTDA, "reduziu o percentual mínimo aceitável de Substituto na Cobertura de Férias (Módulo 4 – Submódulo 4.1 – Letra A).", alegando ser o valor mínimo aceitável o percentual de 8,33% para o referido item – "Ora, o preço final da Licitante Vencedora ficou em R\$ 3.217.754,37 (Três milhões, duzentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos), quando o valor mínimo aceitável, com o percentual de 8,33%, seria de R\$ 3.461.560,03 (Três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e sessenta reais e três centavos), ou seja, um aumento de R\$ 243.805,66 (Duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e seis centavos)."

DA CONTRARRAZÃO

A CONNECT, empresa que teve sua proposta aceita e habilitada, apresentou contrarrazões ao recursos impetrado (SEI 0590873), argumentando que a Recorrente busca demonstrar a ocorrência de descumprimento da Lei e afronta aos princípios administrativos, quando, de fato, o que se verifica foi exatamente o contrário, considerando que o Pregoeiro com o auxílio da Comissão de Licitação, seguiu estritamente os limites determinado junto ao instrumento convocatório e Legislações correlatas para a condução dos procedimentos relacionados ao certame e justifica os percentuais apresentados.

DO ENTENDIMENTO DA ÁREA TÉCNICA

A Equipe encaminhou o Despacho (SEI 0597667), esclarecendo que:

3. Para ter uma melhor compreensão do percentual aplicado para o Módulo 4 – Submódulo 4.1 – Letra A – "Substituto na Cobertura de Férias", é preciso analisar a elaboração e a composição da Planilha de Custos e Formação de Preços em seu todo.

4. Considerando que a proposta apresentada pela CONNECT SERVIÇOS LTDA trouxe no Módulo 2 – Submódulo 2.1 – B – "Férias e Adicional de Férias" o percentual 12,1% (Anexo XII da IN 5), aplicar o percentual de 8,33% ao Módulo 4 – Submódulo 4.1 – Letra A – "Substituto na cobertura de Férias" acarretaria a previsão de um valor para pagamento sem a necessária execução do serviço.

5. Tendo em vista que o prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, sem certeza de renovação, a previsão de valores para o "Substituto na cobertura de Férias" acarreta um custo para administração sem a necessária prestação de serviço, visto que em um primeiro ano de contrato não haveria a figura do substituto de férias, pois o direito a férias somente é adquirido a cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho conforme art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho. Após essa análise, esta Equipe de Planejamento, chegou ao entendimento de que o percentual a ser atribuído ao Módulo 4 – Submódulo 4.1 – Letra A – "Substituto na cobertura de Férias", nesse cenário, não poderia ser 8,33%, pois, em 12 meses, acarretaria um pagamento que totalizaria o valor de um salário mais encargos decorrentes para uma rubrica que não seria executada.

(...)

7. Importante destacar que não se encontra determinação legal/normativa de percentual mínimo fixo aplicável de maneira generalizada para o item o Módulo 4 – Submódulo 4.1 – Letra A, mas apenas estimativas que devem ser ponderadas pelo gestor no momento da composição de custos, analisando a necessidade ou não da inclusão dessa rubrica, observada nesses casos sempre a duração do contrato. A própria IN 05/2017 informa que a Planilha de Custos e Formação de Preços é um modelo referencial: "documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços, podendo ser adequado pela Administração em função das peculiaridades dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados." (Anexo I, item XV. grifo nosso). Assim, a composição de preço precisa ser analisada na sua totalidade e conforme características específicas da contratação.

E conclui que a indicação, pela recorrente, do percentual mínimo de 8,33% no Módulo 4 – Submódulo 4.1 – Letra A – "Substituto na cobertura de Férias" para uma contratação, a princípio, de apenas 12 (doze) meses, não se aplica ao caso específico.

DO ENTENDIMENTO DA PROCURADORIA

Como, elencado no PARECER n. 00297/2023/GAB/PFSUDENE/PGF/AGU, de 20 de dezembro de 2023 (SEI 0600872), o Recurso é referente à percentuais da Planilha de Custos e Formação de Preço, que foram analisados pela área técnica, conforme item 4 desta Decisão, então, a Procuradoria seguiu o entendimento da Equipe e considerou não procedente as alegações recursais.

DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Com base no Despacho da Equipe de Planejamento da Contratação (SEI 0597667) e no Parecer Jurídico 00297/2023/GAB/PFSUDENE/PGF/AGU (SEI 0600872), julgo improcedente e recurso apresentado pela IADVH – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Vida Humana.

Mariza Fontaine Costa
Pregoeira do Pregão Eletrônico nº 02/2023

Fechar